

## INTERRUPÇÃO NOS INVESTIMENTOS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

Nos governos do PT, a melhoria da qualidade de vida nas cidades foi assumida como tarefa do governo federal, em parceria com estados e municípios. Apoio à elaboração de projetos, volumes inéditos de recursos e ações coerentes com o enfrentamento das carências e desigualdades urbanas foram marcas do período. No total, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, foram destinados cerca de 715 bilhões de reais para investimento em moradias do Minha Casa Minha Vida, obras de saneamento, mobilidade e prevenção de riscos.

A partir do golpe, sob a égide do ajuste fiscal nunca alcançado, o apoio do governo federal a Estados e municípios foi progressivamente reduzido, apesar de as carências urbanas persistirem crescendo.

### **EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES RECRIA VAZIO INSTITUCIONAL**

Criado em 2003, o Ministério das Cidades recolocou o governo federal na construção da Política de Desenvolvimento Urbano, estimulando os municípios e atores sociais na elaboração de novas práticas de planejamento do território e gestão democrática.

No governo Temer, houve um esvaziamento orçamentário do Ministério, com os recursos empenhados voltando ao patamar de 2008, e correspondendo a cerca de um terço do período 2013-2015. Ademais, a 6ª. Conferência Nacional das Cidades, que deveria ter ocorrido em 2017, foi transferida para 2019 e o Conselho das Cidades foi esvaziado.

No governo Bolsonaro, o Ministério das Cidades foi extinto, recriando o vazio e os retrocesso institucional existente antes dos governos do PT, com resultados desastrosos:

- as ações voltadas ao desenvolvimento das cidades foram pulverizadas entre ministérios e secretarias, assim como os recursos;
- o Conselho de Desenvolvimento Urbano, que substituiria o Conselho das Cidades, segue sem definição há 2 anos;
- os municípios perdem centralidade na construção dessas ações e os movimentos de reforma urbana e direito à cidade ficam sem interlocução junto ao governo federal, perdendo representatividade.

## **A EXCLUSÃO DOS MAIS POBRES DO MINHA CASA MINHA VIDA (MCMV)**

Os números mostram que o MCMV foi o maior programa habitação da história do Brasil. Foram 4,2 milhões de moradias contratadas até maio de 2016, em 96% dos municípios. Praticamente metade dessas moradias atendeu famílias com renda de até 1.800 reais, a chamada Faixa 1 do programa, o que só foi possível porque os governos petistas reconheceram que parte expressiva da população não consegue acessar um financiamento nas condições do sistema bancário – e ajustaram o MCMV para resolver este problema.

O golpe de 2016 foi mortal para o MCMV em sua forma original. A Faixa 1, que atendia as famílias mais pobres, foi sendo abandonada. Como resultado, do total de moradias contratadas para as

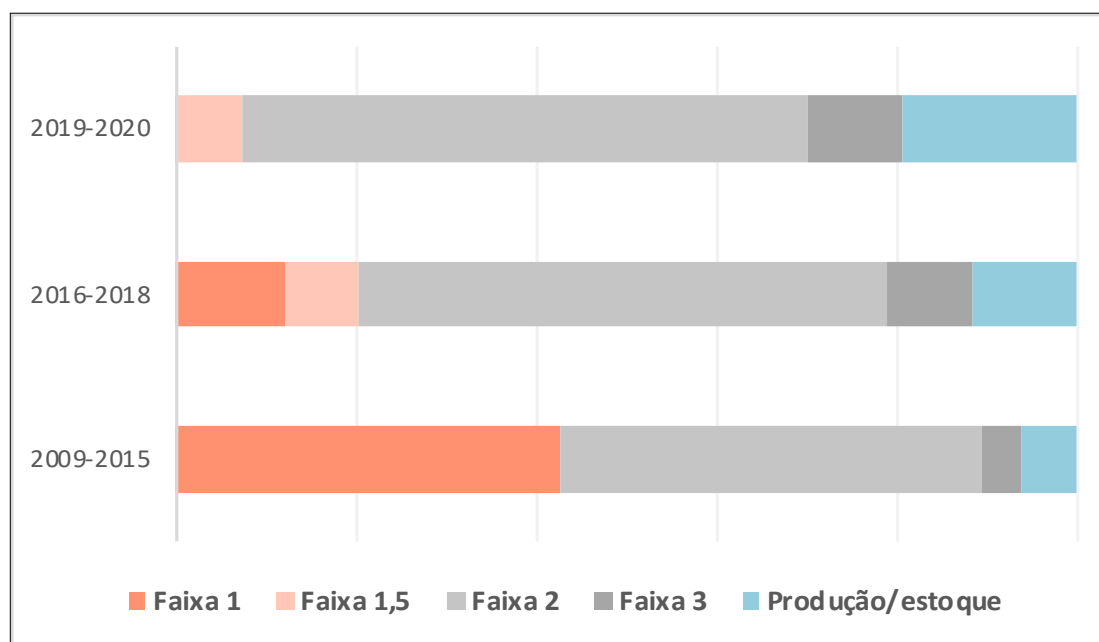
famílias mais vulneráveis entre 2009 e 2020, 91% foram nos governos do PT.

Temer reduziu progressivamente os recursos do Orçamento da União (OGU) destinados ao MCMV. Bolsonaro praticamente zerou as contratações de moradias para o segmento de menor renda. Em 2020, lançou o Casa Verde Amarela que, na prática, extingue o MCMV ao alterar o perfil dos investimentos e passar a operar basicamente com o subsídio do FGTS.

Na prática, o Programa Casa Verde Amarela é uma nova marca fantasia, utilizada por Bolsonaro para entregar moradias para famílias de baixa renda em empreendimentos habitacionais em sua maioria contratados ainda no governo Dilma.

Em 2021, o cenário será ainda mais regressivo. Os cortes do orçamento de 2021 devem paralisar cerca de 250 mil moradias que estavam em execução. Ou seja, nem mesmo concluir o que estava em curso será possível.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DO MCMV POR FAIXA DE RENDA



Fonte: SISHAB – Ministério do Desenvolvimento Regional.

## VITÓRIA DA INICIATIVA PRIVADA NO SANEAMENTO BÁSICO

Nos governos do PT, o saneamento básico, infraestrutura com baixa cobertura na maior parte dos municípios brasileiros, foi priorizado pela combinação de duas iniciativas – a aprovação de um marco regulatório para o setor, orientado para a universalização do serviço, e a retomada do financiamento para as empresas públicas, principais operadores do saneamento no Brasil.

O golpe minou as bases destas duas iniciativas. Em relação aos investimentos, que haviam ultrapassado 200 bilhões de reais no período 2003 a 2015, houve corte brusco. A partir de 2016, os recursos do OGU para a área caíram a pouco mais da metade do executado em 2015 e a menos de 20% do executado em 2013, ano com maior investimento. Devido à restrição orçamentária imposta pelo golpe, não houve novas seleções de projetos,

A sanção da Lei 14.026/2020, promoverá a grande ruptura na área de saneamento. Nascida da MP 868/2018, editada no governo Temer, a nova lei cria as condições para que, independentemente da vontade do titular dos serviços e dos prestadores estatais, a presença do setor privado no saneamento seja praticamente obrigatória. Autoriza, portanto, a privatização do setor

As modificações trazidas pela Lei 14.026/2020 causam grande desequilíbrio nos contratos existentes, ao tornarem obrigatória a licitação dos serviços quando estes não sejam prestados diretamente pelo titular. Ademais, esvaziam as atribuições do poder de decisão, principalmente do titular dos serviços. Por estas razões, há três Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a lei, que acabou criando um ambiente de instabilidade jurídica para o setor, que inibirá ainda mais novos investimentos.

## **O GOVERNO FEDERAL NÃO APOIA MAIS INVESTIMENTOS EM MOBILIDADE**

Também no caso da mobilidade, os governos do PT promoveram importantes mudanças na política federal de transporte urbano. Assentada no conceito de que a mobilidade é um direito das pessoas, foi aprovada nova Lei de mobilidade urbana (Lei 12.587/2012). E o governo federal disponibilizou volume de recursos extraordinário para a área, da ordem de 200 bilhões de reais, a serem aplicados em projetos que incorporariam nas malhas urbanas 658 quilômetros de transporte sobre trilhos, 3.204 quilômetros de transporte sobre pneus e 21 quilômetros de transporte fluvial.

O golpe colocou os investimentos em mobilidade urbana em segundo plano. Os recursos alocados no Orçamento da União na subfunção Transporte Coletivo Urbano eram, em 2020, 27% do disponível em 2015. E na LOA de 2021, o total alocado corresponde a cerca de 10% do empenhado no ano anterior, ou seja, menos de 3% do empenhado no último ano do PT.

Ademais, 55 projetos que haviam sido selecionados pelo PAC foram cancelados, retirando cerca de 15 bilhões de reais de estados e municípios para obras de mobilidade urbana.

Se a questão do transporte coletivo é fundamental para assegurar cidades acessíveis e democráticas, o golpe mostrou a que veio, ao praticamente inviabilizar a ação do governo federal na área.

## **OS RETROCESSOS NA POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE RISCOS E DESASTRES**

Os governos do PT encararam o desafio de construir uma política integrada para apoiar estados e municípios na gestão dos riscos e resposta a desastres.

Para isto, disponibilizaram recursos da ordem de 19 bilhões de reais para obras de prevenção, mapear áreas de risco, aprimorar a capacidade de resposta a desastres, integradas e montar uma rede nacional de monitoramento e alerta. Foram apoiadas 332 obras de drenagem e 140 obras de contenção de encostas.

Todo este esforço foi abandonado a partir do golpe. Na esteira da PEC do teto dos gastos, os investimentos no setor despencaram – os recursos para drenagem caíram, em média, 75% e os para contenção de encostas, 90%. E nunca mais se recuperaram.

O Plano Plurianual 2020-2023 completou o desmonte da atuação integrada, além de perseverar na redução dos recursos para apoio aos municípios e estados. No atual PPA, praticamente só há recursos para ações de defesa civil a serem deflagradas após a ocorrência dos desastres, destino de 70% dos recursos empenhados em 2020 e de 94% dos previstos para 2021.

No governo Bolsonaro, não há mais investimento em prevenção de riscos e desastres nas cidades e estados.